

RT INFORMA



Principais atos normativos em matéria trabalhista e sindical em 2023

Este RT Informa traz um compilado de alguns dos principais atos normativos legais e infralegais publicados em matéria trabalhista e sindical no ano de 2023.

Entre os temas de maior destaque estão as inovações relacionadas à equidade salarial, em especial a lei de igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens¹ e sua regulamentação; o estabelecimento de políticas de valorização do salário-mínimo; a obrigatoriedade da coleta de informações étnicas e raciais em registros trabalhistas; bem como alguns pedidos de ratificação de normas internacionais pelo Brasil [Convenções 156 e 190 da OIT, que tratam da equidade de gênero dos trabalhadores com deveres de cuidados, e a eliminação do assédio e violência no mundo do trabalho, respectivamente].

No campo sindical, cumpre fazer referência ao novo disciplinamento dos procedimentos de registro sindical² e a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para propor a reestruturação das relações de trabalho e valorização da negociação coletiva³.

Neste compilado, além de apresentarmos os principais atos de interesse para o setor produtivo industrial, serão disponibilizados os “links” para o acesso das matérias correlacionadas, publicadas no portal [Conexão Trabalho da CNI](#).

Confira a seguir:

- [Trabalho das Mulheres](#)

No ano do 2023, aproveitando as comemorações do Dia Internacional da Mulher, o Presidente da República, encaminhou um série de proposições ao Congresso Nacional ([veja aqui](#)), entre elas, algumas mensagens/pedidos de ratificação de Convenções da OIT pelo Brasil [C156 (Igualdade de oportunidades e tratamento para trabalhadores homens e mulheres, com responsabilidades familiares); C190 (Eliminação da

¹ [Lei 14.611/23](#).

² [Portaria MTE 3.472/23](#).

³ [Decreto 11.477/23](#).

violência e do assédio no mundo do trabalho), apontada mais a frente]; e Projetos de Leis, com destaque para o que dispõe sobre equidade salarial e remuneratória entre mulheres e homens.

Após debate desse PL no Congresso Nacional, foi sancionada e publicada a Lei 14.611/23 (mais detalhes [aqui](#)), que dispõe sobre a promoção de igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens na realização de trabalho de igual valor ou no exercício da mesma função.

Essa nova lei, regulamentada pelo Decreto 11.795/23 e pela Portaria MTE 3.714/23 (veja [aqui](#)), estabelece, entre outros, a obrigação de empresas com 100 ou mais empregados publicarem relatório de transparência salarial e de critérios remuneratórios, algumas regras específicas de fiscalização contra a discriminação salarial, a criação de canais de denúncias e penalidades elevadas em caso de descumprimento das normas de promoção de igualdade.

Também foi instalado um Grupo de Trabalho Interministerial (Decreto 11.514/23) para elaborar uma proposta de Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Homens e Mulheres (consulte [aqui](#)). As representações de empregadores e de trabalhadores participam das discussões como “convidados permanentes” e sem direito a voto.

Decreto 11.430, de 8 de março de 2023	Regulamenta a Lei 14.133/21, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Mensagem 85, de 8 de março de 2023	Encaminha ao Congresso Nacional do texto da Convenção 156, de 1981, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre <u>Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para os Trabalhadores Homens e Mulheres: Trabalhadores com Responsabilidades Familiares</u> , assinada em Genebra, em 23 de junho de 1981, durante a 67ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho.
Lei 14.542, de 3 de abril de 2023	Altera a Lei 13.667/18, para dispor sobre a <u>prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine)</u> .
Decreto 11.514, de 1º de maio de 2023	Institui Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração de proposta de Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens.
Lei 14.611, de 3 de julho de 2023	Dispõe sobre a <u>igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens</u> ; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
Lei 14.682, de 20 de setembro de 2023	Cria o selo Empresa Amiga da Mulher.
Lei 14.683, de 20 de setembro de 2023	Institui o selo Empresa Amiga da Amamentação, para estimular o desenvolvimento de ações de incentivo ao aleitamento materno.
Portaria 288, de 27 de outubro de 2023	Institui o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça no âmbito do Ministério das Mulheres.
Decreto 11.795, de 23 de novembro de 2023	Regulamenta a Lei 14.611/23, que dispõe sobre igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens.

Portaria 3.714, de 24 de novembro de 2023	Regulamenta o Decreto 11.795/23, que dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens, em especial o Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, o Plano de Ação para Mitigação da Desigualdade Salarial e de Critérios Remuneratórios, o protocolo de fiscalização contra a discriminação salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens e a disponibilização de canais específicos para denúncias de discriminação salarial.
---	--

- **Prevenção e eliminação de assédio e violência**

Além do Executivo ter encaminhado pedido de ratificação da Convenção 190 da OIT (Eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho) para análise do Congresso Nacional, também foi sancionada a Lei 14.540/23, que criou o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual na Administração Pública e Empresas que realizam prestação de serviço público. Saiba mais [aqui](#).

Mensagem 86, de 8 de março de 2023	Encaminha ao Congresso Nacional do texto da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre a Eliminação da Violência e do Assédio no Mundo do Trabalho, assinada em Genebra, em 21 de junho de 2019, durante a 108ª Conferência Internacional do Trabalho.
Lei 14.540, de 3 de abril de 2023	Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal.

- **Informações sobre raça e etnia nos registros administrativos de trabalhadores**

A Lei 14.553/23 (veja [aqui](#)), alterou o Estatuto da Igualdade Racial para determinar que as empresas incluam informações sobre raça e etnia nos seus registros administrativos de trabalhadores. Essa determinação também alcança a Administração Pública.

Lei 14.553, de 20 de abril de 2023	Altera os arts. 39 e 49 da Lei 12.288/10 (Estatuto da Igualdade Racial), para determinar procedimentos e critérios de coleta de informações relativas à distribuição dos segmentos étnicos e raciais no mercado de trabalho.
Portaria MPS 1.945, de 30 de maio de 2023	Fica estabelecida a inclusão dos campos de raça, cor e etnia nos formulários de cadastramento do Ministério da Previdência Social, cabendo às autarquias vinculadas a esta Pasta a regulamentação da matéria dentro da sua esfera de competência.

- **Salário mínimo**

No início de 2023, o Presidente da República, além de instituir GT para propor política de valorização do salário-mínimo ([saiba mais aqui](#)), também editou a [Medida Provisória 1.172/2023](#), fixando o seu valor em R\$ 1.320,00 a partir de 1º maio do mesmo ano. Essa MP foi convertida na [Lei 14.663/2023](#), que também trouxe o produto das discussões no aludido GT, retomando a política de valorização do salário-mínimo no país.

Segundo a lei, a partir de 1º de janeiro de 2024, os reajustes anuais do salário-mínimo passaram a levar em conta a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) dos 12 meses anteriores, mais

a taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de 2 anos anteriores ao ano vigente. Caso o PIB não apresente crescimento real, o salário-mínimo será reajustado pelo INPC.



Decreto 11.420, de 24 de fevereiro de 2023.	Institui <u>Grupo de Trabalho para a elaboração de proposta de Política de Valorização do Salário-Mínimo.</u>
Lei 14.663, de 28 de agosto de 2023 (oriunda da Conversão da MP 1172/2023).	Define <u>o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2023</u> ; estabelece a política de valorização permanente do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024; e altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei 11.482/07, e os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei 9.250/95.

- **eSocial - Receita Federal**

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) também publicou uma série de Instruções Normativas alterando a IN RFB 2.005/21, na parte que dispõe sobre a obrigatoriedade da Declaração de Débitos e Créditos Federais Previdenciários e outras Entidades e Fundos – DCTFWeb.⁴

Entre as alterações se destacam as sucessivas prorrogações para o início da obrigatoriedade de as empresas informarem, pelo sistema eSocial e DCTFWeb, as contribuições previdenciárias e sociais devidas a terceiros em decorrência de decisões condenatórias e homologatórias proferidas pela Justiça do Trabalho (art. 19 da IN RFB 2.005/21). Desde outubro de 2023 as empresas estão obrigadas a cumprirem dessa determinação. Saiba mais [aqui](#).

Instrução Normativa RFB 2.128, de 23 de janeiro de 2023	Altera a Instrução Normativa RFB 2.005/21, na parte em que dispõe sobre a apresentação da <u>Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb).</u>
Instrução Normativa RFB 2.137, de 21 de março de 2023	Altera a Instrução Normativa RFB 2.005/21, que dispõe sobre a apresentação da <u>Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb).</u>
Instrução Normativa RFB 2.139, de 30 de março de 2023	Altera a Instrução Normativa RFB 2.005/21, na parte em que dispõe sobre a apresentação da <u>Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb).</u>

⁴ DCTFWeb - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos. É uma obrigação tributária acessória na qual o contribuinte confessa débitos de contribuições previdenciárias e de contribuições destinadas a terceiros. A DCTFWeb substituiu a antiga a GFIP e deve ser elaborada com base nas informações prestadas nos eventos do Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial).

Instrução Normativa RFB 2.147, de 30 de junho de 2023	Altera a Instrução Normativa RFB 2.005/21, na parte em que dispõe sobre a obrigatoriedade da <u>Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb)</u> .
Ato Declaratório Executivo CORAT 13, de 27 de novembro de 2023	Dispõe sobre a dispensa de apresentação da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) relativa às contribuições previdenciárias devidas em razão de decisões condenatórias ou homologatórias proferidas pela Justiça do Trabalho, que se tornarem definitivas a partir de 1º de outubro de 2023.

- Trabalho em plataformas digitais

Decreto 11.513, de 1º de maio de 2023	Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar proposta de regulamentação das atividades de prestação de serviços, transporte de bens, transporte de pessoas e outras atividades executadas por intermédio de plataformas tecnológicas.
---	--

Saiba mais ([aqui](#)) sobre a instalação desse GT de composição tripartite (45 membros titulares) que proporá uma regulamentação de serviços em plataformas tecnológicas, para subsidiar a posição do Poder Executivo sobre a matéria.

- Sindical

Em matéria sindical foram publicados em 2023 vários atos normativos infralegais, entre eles as portarias que suspenderam a análise, emissão de decisões e publicações nos processos de requerimento de registro sindical, que durou até o mês de outubro de 2023.

Destaque-se também a publicação da Portaria 3.472/23 (modificada em seguida pela Portaria 3.543/23), que disciplina os procedimentos administrativos para o registro de entidades sindicais no MTE, em especial as diretrizes e orientações para registro sindical, alteração estatutária, fusão, incorporação, atualização sindical e de dados perenes. Saiba mais [aqui](#).

Portaria MTE 217, de 3 de fevereiro de 2023	Suspende temporariamente as decisões em processos de requerimento de <u>registro sindical</u> .
Decreto 11.477/23, de 6 de abril de 2023	Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de proposta de reestruturação das relações de trabalho e valorização da negociação coletiva.
Decreto 11.490, de 12 de abril de 2023	Altera o Decreto 11.477/23, que institui Grupo de Trabalho Interministerial para <u>elaboração de proposta de reestruturação das relações de trabalho e valorização da negociação coletiva</u> .
Portaria MTE 1.360/23, de 4 de maio de 2023	Altera a Portaria MTE 217/23, que suspendeu todos os procedimentos de análise, bem como as publicações relativas a processo de <u>registro sindical</u> , pelo prazo de 90 dias.
Portaria MTE 1.393, de 5 de maio de 2023	Suspende temporariamente procedimentos de análise e as publicações relativas a processos de <u>registro sindical</u> .
Portaria tem 2968, de 02 de agosto de 2023	Suspende temporariamente procedimentos de análise e as publicações relativas a processos de <u>registro sindical</u> .

Portaria MTE 3.472, de 4 de outubro de 2023	Dispõe sobre os procedimentos para o <u>registro das entidades sindicais</u> no Ministério do Trabalho e Emprego.
Portaria MTE 3.543, de 19 de outubro de 2023	Altera a Portaria MTE 3.472/23, que dispõe sobre os procedimentos para o <u>registro das entidades sindicais</u> no Ministério do Trabalho e Emprego.
Portaria 291, de 30 de outubro de 2023	Institui, no âmbito do Ministério das Mulheres, o Fórum Permanente para Diálogo de Promoção de Estratégias de <u>Fortalecimento de políticas públicas de autonomia econômica com as Centrais Sindicais</u> .

- **Acidentes e doenças relacionadas ao trabalho**

Portaria GM/MS 217, de 1º de março de 2023	Altera o Anexo 1 do Anexo V à Portaria de Consolidação GM/MS 4/17, para substituir o agravo "Acidente de trabalho: grave, fatal e em crianças e adolescentes" por "Acidente de Trabalho" na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos em de saúde pública, nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional.
Portaria GM/MS 1.999, de 27 de novembro de 2023	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS 5/17 para atualizar a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT).

- **Outras matérias**

Decreto 11.496, de 19 de abril de 2023	Dispõe sobre o Conselho Nacional do Trabalho, a <u>Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil</u> , a Comissão Tripartite Paritária Permanente, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o <u>Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço</u> e o Fórum Nacional de Microcrédito.
Mensagem 173, de 1º de maio de 2023	Encaminha ao Congresso Nacional do texto do Protocolo Facultativo à Convenção 29 da <u>Organização Internacional do Trabalho (OIT)</u> sobre o <u>Trabalho Forçado ou Obrigatório</u> , adotado em Genebra, em 28 de maio de 2014. <i>Saiba mais aqui, no Portal Conexão Trabalho da CNI.</i>
Mensagem 174, de 1º de maio de 2023	Encaminha ao Congresso Nacional do texto da Convenção 187 da <u>Organização Internacional do Trabalho (OIT)</u> sobre o <u>Marco Promocional para a Segurança e a Saúde no Trabalho (SST)</u> , adotada durante a 95ª Conferência Internacional do Trabalho, em maio de 2006. <i>Saiba mais aqui, no Portal Conexão Trabalho da CNI.</i>
Lei 14.599, de 19 de junho de 2023	Posterga a exigência do exame toxicológico periódico para obtenção e renovação da CNH; e altera a Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), a Lei 11.442/07, para dispor sobre seguro de cargas, e a Lei 11.539/07, para dispor sobre a carreira de Analista de Infraestrutura e o cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior. <i>Saiba mais aqui, no Portal Conexão Trabalho da CNI.</i>
Portaria Conjunta MPS/INSS 38, de 20 de julho de 2023	Disciplina as <u>condições de dispensa da emissão de parecer conclusivo da Perícia Médica Federal quanto à incapacidade laboral e a concessão do benefício por meio de análise documental pelo Instituto Nacional do Seguro Social</u> , de que trata o § 14 do art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Resolução CCFGTS 1.068, de 25 de julho de 2023	Estabelece normas para parcelamento de valores devidos ao <u>Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)</u> .
Lei 14.645, de 2 de agosto de 2023	Altera a Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a educação profissional e tecnológica e articular a educação profissional técnica de nível médio com programas de aprendizagem profissional, e a Lei nº 8.742/93, para dispor sobre isenção do cômputo de determinados rendimentos no cálculo da renda familiar per capita para efeitos da concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).
Portaria MTE 3.211, de 18 de agosto de 2023	Regulamenta a implementação e a operacionalização do FGTS Digital. <i>Saiba mais aquí, no Portal Conexão Trabalho da CNI.</i>
Decreto 11.678, de 30 de agosto de 2023	Altera o Decreto 10.854/21, para regulamentar disposições relativas ao Programa de Alimentação do Trabalhador.
Portaria MTE 3.872, de 21 de dezembro de 2023	Dispõe sobre a aprendizagem profissional, o Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional e o Catálogo Nacional da Aprendizagem Profissional.
Portaria MTE 3.563, de 24 de outubro de 2023	Altera o Anexo II da Norma Regulamentadora 28 - Fiscalização e Penalidades para dar nova redação aos códigos de ementas da NR-35 e de seus anexos constantes do Anexo II da NR 28.
Portaria MPS 630, de 8 de novembro de 2023	Disciplina procedimentos para análise de requerimentos que contenham períodos que requeiram enquadramento de atividade exercida em condições especiais prejudiciais à saúde ou à integridade física.
Portaria MTE nº 3.665, de 13 de novembro de 2023	(DOU 14/11/2023, seção 1, pág. 97), que "Altera a Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021. (Processo nº 19964.203605/2023-95)." A Portaria MTE nº 3.665/2023, revogou repentinamente a autorização permanente para o <u>trabalho aos domingos e feriados</u> em diversas atividades empresariais listadas no Anexo IV da Portaria/MTP nº 671/2021, estabelecendo que a abertura dessas atividades ficaria condicionada à prévia permissão em norma coletiva de trabalho.
Portaria MTE 3.708, de 23 de novembro de 2023	Altera a Portaria MTE 3.665/23, para suspender o início da sua vigência em 1º de março de 2024.
Portaria MTE 3.784/23, de 7 de dezembro de 2023	Altera a Portaria 671/21, para ajustar regras sobre informações prestadas via eSocial <i>Saiba mais aquí, no Portal Conexão Trabalho da CNI.</i>
Lei 14.766, de 22 de dezembro de 2023	Acresce dispositivo à CLT, para estabelecer a não caracterização como perigosas das atividades ou operações que envolvam exposição às quantidades de inflamáveis contidas em tanques de combustíveis originais de fábrica e suplementares, na forma que especifica. <i>Saiba mais aquí, no Portal Conexão Trabalho da CNI.</i>

Para saber mais informações sobre inovações legislativas em matéria trabalhista, sindical e SST, acesse o Portal [Conexão Trabalho da CNI](#).